

**- LXVII -****AS REFORMAS EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO  
BRASILEIRA NOS ANOS DE 1990 E A INFLUÊNCIA DOS  
ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA CONSTRUÇÃO  
DO IDEÁRIO DE ENSINO SUPERIOR**

**Nádia da Silva Tessaro** – UEM  
nahtessaro@gmail.com

**Hellen Jéssica Lima dos Santos** – UEM  
hellenprof\_santos@hotmail.com

**Anderson Cristian Barreto** – UEM  
anderc@hotmail.com

**Vania de Fátima Matias de Souza** – UEM  
vfmattias@gmail.com

**INTRODUÇÃO DO PROBLEMA**

Durante a década de 90, a educação na América Latina foi estruturada e gestada a partir de uma série de políticas reformistas, as quais foram possivelmente impulsionadas pelos “organismos internacionais, sobretudo organismos de financiamento como o Grupo Banco Mundial (GBM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)” (SILVEIRA, 1999, p.441).

Neste sentido, esta pesquisa caracterizada como bibliográfica com análise documental, sustenta-se nas bases teóricas vinculadas ao materialismo histórico dialético (MINAYO, 2009). Buscando encaminhar as incursões no campo de investigação proposto, e possibilitar a compreensão acerca de como as ações desencadeadas no setor educacional influenciaram as reformas educacionais gestadas, em especial, pelo GBM e os organismos internacionais vinculados as suas propositivas. As observâncias iniciais apontam indícios de que esses organismos tem , exercido influências de forma direta e indireta na elaboração das políticas públicas focalizadas com foco na Educação Básica e no Ensino Superior. Sendo

assim, surge a inquietude: como o GBM e tem influenciado nas reformas do Ensino Superior e quais as possíveis consequências para o cenário educacional brasileiro ?

## DESENVOLVIMENTO

O GBM situa-se de forma estratégica no contexto mundial por meio de várias agências, parcerias e iniciativas multilaterais, “capazes de comprometer interesses nacionais e minar a riqueza de culturas locais” (SANDER, 2008, p. 160). Dentre estas parcerias, está a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), responsável pela realização em 1990 da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, onde se estabeleceu a “*Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*” (UNESCO, 1990). A partir daí o GBM

assume, de forma decisiva, o comando da educação mundial, que, sob sua tutela, [...] passa a ser tratada, ao mesmo tempo, como uma estratégia política e uma variável econômica capaz de impulsionar o pretendido desenvolvimento e a redução da pobreza: de forma condizente, portanto, com o discurso do Milênio e, como não poderia deixar de ser, com as necessidades de reprodução do capital (JIMENEZ E MENDES SEGUNDO, 2007, p. 123).

Nesta mesma década, a UNESCO em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), realizaram a publicação de um livro chamado “*Educação e conhecimento: transformação produtiva com equidade (1992)*”, representando um marco na reformulação da “agenda política e ideológica da educação” nos países latino-americanos, criando a

necessidade de promover reformas institucionais dos sistemas de ensino, visando fomentar a modernização, a descentralização administrativa e a competitividade no contexto do mundo globalizado. Esse foi o momento da ruptura com o passado e da adoção definitiva da agenda liberal no âmbito das organizações internacionais e que se mantém até hoje (SANDER, 2008, p. 162).

Corroborando com estas afirmações, no ano de 2000 foi publicada a “Declaração do Milênio”, objetivando principalmente a “erradicação da pobreza extrema”, bem como, a “universalização da educação básica” até 2015 (JIMENEZ E MENDES SEGUNDO, 2007, p. 120). No Brasil, este panorama reformista teve início com a publicação do “*Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*”, que por base defendia uma administração gerencial

(BRASIL, 1995), representando um verdadeiro ataque aos direitos sociais estabelecidos pela CF de 88, pois considera tais direitos como sendo “privilégios e entraves ao desenvolvimento econômico” (SILVA, 2001, p. 4).

Em 1996 criou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº, 9394/96), que se configurou um documento norteador para educação nacional, estando em “sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (BRASIL, 1996, art. 87). No mesmo período, o GBM publicou documento “*Prioridades y estrategias para La educación*”, estabelecendo a “educação básica como prioridade”, enquanto que a educação profissional e em nível superior, fosse ofertada pela iniciativa privada, desresponsabilizando o Estado (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 11). Em síntese, as diretrizes reformistas do GBM para o Ensino Superior, priorizam “os sinais do mercado e o saber como bem privado” (SGUISSARDI, 2000, p. 7).

Nesta lógica, os alunos do Ensino Superior passam a ser entendidos a partir da concepção mercadológica, isto é, a partir da perspectiva de clientes, evidenciando o entendimento de que a educação é um produto a ser comercializado entre aqueles que possuem condições econômicas para adquiri-lo (SGUISSARDI, 2000). Como reflexo dessas conjecturas e proposituras as políticas públicas voltadas ao acesso dos níveis superiores de ensino passam a ser focalizadas, um exemplo claro são os programas: a) Universidade para Todos (Prouni), instituído pela Lei nº 11.096 em 13 de janeiro de 2005 visando a oferta de bolsas de estudos parciais e integrais em universidades privadas, em contrapartida, há uma isenção de tributos para estas instituições que aderem ao Programa; b) Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) criado pela Lei 10.260/2001 com o objetivo de financiar os estudos em instituições particulares para que o estudante possa pagar posteriormente mensalmente (SGUISSARDI, 2015). Em contrapartida, o GBM trás em suas diretrizes a priorização dos gastos públicos na “Educação Básica” (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 123, tradução nossa).

## CONCLUSÕES

O cenário educacional latino-americano foi permeado por intensas transformações estruturais que foram implementadas a partir de políticas públicas reformistas advindas das diretrizes do GBM e de seus organismos internacionais. A partir da década de 90 com a Conferência de Jontiem, o GBM passou a gerir documentos direcionados à educação, prioritariamente à educação básica, sugerindo que o Ensino Superior ficasse a cargo de

entidades privadas, mercantilizando assim, esta modalidade de ensino. Observa-se nos documentos dos anos de 1990, que há uma forte evidencia de que a intenção do GBM centra-se no desencadear de ações que busquem uma educação mercadológica, cuja formação esteja centrada na manutenção da força de trabalho e da demanda gerada pelo mercado, resultando em um ensino fragilizado, sustentado na equidade, no qual espera-se que o indivíduo seja minimamente preparado para se inserir e atender a esse modelo de mercado de trabalho. Logo, a Educação Superior passa a apresentar indicadores de um produto mercantilizado, para atender as demandas deste modelo econômico. Contudo, seguindo as palavras de Meszáros (2008, p.27), para que a realidade educacional seja modificada, assim como as leis que a regulamentam de forma restritiva, faz-se necessário desmistificar as parcerias entre o Estado e estes órgãos internacionais e ao mesmo tempo “romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” do cenário ao qual estamos inseridos.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Prioridade y estrategias para la educación.** 1996.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** 1995.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 1996.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. **Erradicar a pobreza e reproduzir o capital:** Notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio. Pelotas, Editora da UFPEL, Ano 16, N. 28, p. 119 – 138, Jan-Jun 2007.

MESZÁROS, Istvan. **Educação para além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, n. 28, 2009.

SANDER, Brenno. Educação na América Latina: identidade e globalização. **Educação,** Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 157-165, maio/ago. 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições? **Universidade e Sociedade,** Brasília, DF, v. 10, n.22, p. 66-77, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n.º. 133, p. 867-889, out.-dez, 2015.

SILVA, Ilse Gomes. A reforma do Estado brasileiro nos anos 90: processos e contradições. **Lutas sociais**. n. 7, p. 1-9. 2001.

SILVEIRA, Elisabete Cristina Cruvelo da. O espaço das Conferências Internacionais de Educação (CIEs) da OIE/Unesco e o processo de políticas públicas educativas. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 80, n. 196, p. 440-450, set./dez. 1999.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990.